



# BOLETIM OFICIAL

## SUMÁRIO

Avisos e anúncios oficiais.  
Anúncios judiciais e outros.  
Contas e balancetes.

### AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

#### MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, TRANSPORTES E TELECOMUNICAÇÕES

##### Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares

DELIBERAÇÃO N.º 052/2010

A Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares (LEOPP) deliberou, na sua sessão ordinária de 16 de Julho de 2010, conceder empresa "FT – FRANKLIN TAVARES ARQUITECTURA, LDA", com sede social em Palmarejo, Cidade da Praia, e registo comercial n.º 2799/2008/05/14 - Praia, representada pelo sócio gerente Franklin António Abreu Semedo Tavares, residente em Palmarejo, Cidade da Praia, autorização para exercer a actividade de empreiteiro ficando inscrita nas seguintes especialidades e podendo executar obras até ao valor da classe indicada:

#### A- OBRAS PÚBLICAS

##### 1ª Categoria (*Edifícios e monumentos*)

- 2ª Subcategoria (Edifícios e monumentos nacionais) na classe 1 (30.000 contos)
- 10ª Subcategoria (Trabalhos de alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias) na classe 1 (30.000 contos)
- 11ª Subcategoria (Estuques, pinturas e outros revestimentos correntes) na classe 1 (30.000 contos)
- 12ª Subcategoria (Limpeza e conservação de edifícios) na classe 1 (30.000 contos)

#### B- OBRAS PARTICULARES:

##### Categoria Única:

- 4ª Subcategoria (Construção de edifícios) na classe 1 (30.000 contos)
- 7ª Subcategoria (Limpeza e conservação de edifícios) na classe 1 (30.000 contos)
- 8ª Subcategoria (Trabalhos de alvenaria, rebocos e assentamento de cantarias) na classe 1 (30.000 contos)
- 12ª Subcategoria (Estuques, pinturas e outros revestimentos correntes) na classe 1 (30.000 contos)

A presente deliberação só se torna eficaz com a emissão dos competentes alvarás.

A Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares, na Praia, aos 16 de Julho de 2010. – A Presidente, *Maria Odete Silva Lima Dias*.

(675)

## DELIBERAÇÃO Nº 053/2010

A Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares (CAEOPP) deliberou, na sua sessão ordinária de 16 de Julho de 2010, conceder à empresa “INOVAÇÕES PROJECTOS, ENGENHARIA, LDA”, com sede social na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de da Ribeira Grande - Santo Antão, e registo comercial n.º 129/2009 - Ponta do Sol - Santo Antão, representada pelo sócio gerente Antão Delgado Évora, residente em Flures - Ilha de Santo Antão, autorização para exercer a actividade de empreiteiro ficando inscrita nas seguintes especialidades e podendo executar obras até ao valor da classe indicada:

## A- OBRAS PÚBLICAS

**1ª Categoria (Edifícios e monumentos)**

2ª Subcategoria (Edifícios e monumentos nacionais) na classe 1 (30.000 contos)

10ª Subcategoria (Trabalhos de alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias) na classe 1 (30.000 contos)

11ª Subcategoria (Estuques, pinturas e outros revestimentos correntes) na classe 1 (30.000 contos)

12ª Subcategoria (Limpeza e conservação de edifícios) na classe 1 (30.000 contos)

## B- OBRAS PARTICULARES:

**Categoria Única:**

4ª Subcategoria (Construção de edifícios) na classe 1 (30.000 contos)

7ª Subcategoria (Limpeza e conservação de edifícios) na classe 1 (30.000 contos)

8ª Subcategoria (Trabalhos de alvenaria, rebocos e assentamento de cantarias) na classe 1 (30.000 contos)

12ª Subcategoria (Estuques, pinturas e outros revestimentos correntes) na classe 1 (30.000 contos)

A presente deliberação só se torna eficaz com a emissão dos competentes alvarás.

A Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares, na Praia, aos 16 de Julho de 2010. – A Presidente, *Maria Odete Silva Lima Dias*.

(676)

## DELIBERAÇÃO Nº 059/2010

A Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares (CAEOPP) deliberou na sua sessão ordinária, de 30 de Julho de 2010, elevar a classe de 1 para 3 das autorizações de Obras Públicas, anteriormente concedidas à empresa “SOPER – SOCIEDADE LUSO-ITALIANA DE PERFURAÇÕES E FUNDAÇÕES - SUCURSAL DE CABO VERDE”, com sede na Cidade da Praia, e registo comercial n.º 2503/2007/10/18 - Praia, representada pelo gerente, Santo Pizzino, residente na Cidade da Praia, passando as especialidades de que é detentora, adiante transcritas, a ter a classe indicada:

## A- OBRAS PÚBLICAS

**3ª Categoria (Obras hidráulicas)**

2ª Subcategoria (Sondagens geológicas e geotécnicas, e captações de água) na classe 3 (120.000 contos)

3ª Subcategoria (Fundações especiais de barragens e diques, incluindo injeções e consolidações) na classe 3 (120.000 contos)

A presente deliberação só se torna eficaz com a emissão do competente alvará.

A Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares, na Praia, aos 30 de Julho de 2010. – A Presidente, *Maria Odete Silva Lima Dias*.

(677)

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

## Gabinete do Ministro

## DESPACHO

Foi publicado no *Boletim Oficial* n.º 9/2010 (IIIª Série), de 26 de Fevereiro, o concurso de acesso do pessoal médico, mandado abrir por despacho de S. Ex.ª o Ministro da Saúde, de 3 de Fevereiro do corrente ano.

Tratou-se de uma iniciativa que, a um tempo, pretendia atingir dois objectivos, complementares:

- a) desbloquear a ascensão profissional na carreira médica, fazendo justiça e respondendo às expectativas dos médicos,
- b) motivar o melhor desempenho da classe com reflexos positivos na qualidade dos cuidados prestados aos utentes.

Concluído o processo, com trabalho do júri em que pontuaram a seriedade, o rigor e a transparência, constatou-se que os resultados, globalmente, ficaram aquém das expectativas, quer dos médicos, quer do próprio Ministério da Saúde. Efectivamente, a maioria dos candidatos obteve uma pontuação que não traduz, com certeza, a realidade do desempenho do conjunto dos médicos nacionais, nem o que se passa no sector da saúde, seja pela avaliação técnica dos serviços, seja pelo grau de satisfação dos utentes dos serviços de saúde.

Diversos factores têm sido avançados como causa desses resultados, nomeadamente, insuficiente organização de grande parte dos processos curriculares submetidos ao Júri e um eventual desequilíbrio na ponderação dos critérios de avaliação.

Seja como for, o facto é que os resultados não satisfazem a qualquer das partes, não beneficiando nem os profissionais nem o sector da saúde, nem a própria Administração Pública. Se fossem validados, poderiam estar sujeitos a interpretações de natureza diversa, afectando, sem razão, a imagem dos médicos. Esta poderia resultar desvirtuada e penalizante, quer para a classe, quer para o Ministério da Saúde, o qual poderia parecer, erroneamente, estar a querer classificar abaixo da percepção geral, uma boa parte dos seus profissionais médicos.

Face a essa situação, ponderados o quadro atrás descrito e as várias hipóteses de solução apresentadas, a não homologação dos resultados e a anulação do concurso parecem ser a melhor solução.

A necessidade da resolução da questão pendente da promoção dos médicos torna urgente a repetição do concurso.

Fica, assim, patente a inconveniência na manutenção do concurso,

Termos em que decido:

1. Anular o concurso de acesso dos médicos do Serviço Nacional de Saúde, aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 9/2010, de 16 de Fevereiro (IIIª Série);
2. Autorizar a abertura de novo concurso de acesso dos médicos do SNS, por anúncio a publicar no *Boletim Oficial*.

Gabinete do Ministro da Saúde, na Praia, aos 23 de Agosto de 2010. – O Ministro, *Basílio Mosso Ramos*.

(678)

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral de Planeamento,  
Orçamento e Gestão

Nos termos do n.º 1 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 10/93, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 25.º da Portaria n.º 35/2009 de Setembro, é homologado a lista de classificação final do concurso de acesso na carreira do quadro de pessoal do Ministério das Finanças, conforme se segue:

**LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS AO CONCURSO DE ACESSO NO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Direcção-Geral do Tesouro**

**Técnico superior de finanças de 1ª referência 15**

Nomes	Avaliação Final
João Apolónio Furtado .....	14.20

**Técnico superior de finanças referência 14**

Conceição Maria Barros Alfama .....	13.09
Rui Lopes Tavares .....	12.40
Fernanda Maria Soares.....	11.68
Maria de Fátima Lopes .....	10.28*

**Técnico auxiliar de finanças principal referência 8**

José Augusto Araújo.....	12.60
Maria da Luz Pereira .....	10.94*

\*Não existe vaga

**Direcção Nacional do Orçamento e Contabilidade Publica**

**Técnico superior de finanças de 1ª, referência 15**

Lucília Benilde Barros .....	18.5
Antónia Tavares Ortet .....	17.5
Karina Sousa Rodrigues .....	17.2*

**Técnico superior de finanças, referência 14**

Eunice Maria Mosso .....	18.63
Maria Rosa Lopes .....	15.78

**Técnico de finanças, referência 12**

Maria de Fátima Horta .....	17.3
Carlos Alberto Pires .....	17.2

**Técnico auxiliar principal, referência 8**

Filomena Alves Ribeiro .....	17.23
------------------------------	-------

**Direcção Nacional do Planeamento**

**Técnico superior de finanças principal, referência 16**

Albertina Rocha Costa .....	17
-----------------------------	----

**Técnico superior de 1ª, referência 14**

Anita Gomes do Rosário.....	15
-----------------------------	----

**Direcção-Geral do Património e Contratação Publica**

**Técnico superior de finanças principal, referência 16**

Cremilda Lopes Carvalho.....	18
Brigite Soumah .....	15*

**Técnico superior de finanças de 1ª, referência 15**

Carlos Alberto Tavares .....	15
------------------------------	----

**Técnico superior de finanças, referência 14**

Maria Serafina Rocha Tavares .....	17.45
Maria José Silva Monteiro.....	14.0
Maria Conceição Lopes.....	12.7
Pedro Nascimento .....	12.01
Paulo Augusto Vieira .....	11.95

**Técnico finanças, referência 12**

António Avelino Costa e Silva .....	12.7
-------------------------------------	------

**Direcção-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão**

**Técnico superior principal, referência 15**

José Tomas de Sena Monteiro .....	17
-----------------------------------	----

**Técnico superior, referência 13**

Albina Sousa Cruz .....	14.75
-------------------------	-------

**Oficial principal, referência 9**

Aldina Pina Mendonça .....	16.5
Maria Isabel Pires Barreto .....	12.75

**Assistente administrativo, referência 6**

Edna Évora Santos .....	Admitido
Irlanda Pina Lopes .....	Admitido

**Inspeção-Geral de Finanças**

**Inspector superior de finanças, referência 15**

Domingos Pascoal Lopes .....	18.83
Maria Teresa Mendes.....	18.40
Paulino Semedo Frederico .....	18.33
João Emanuel B. Mendes.....	18.0
Ana Eunice Lobo .....	17.87
José Rui Tavares .....	17.20
Adriana dos Santos Mosso .....	17.0*
Paulo Semedo Monteiro .....	16.42*

**Inspector de finanças, referência 14**

Maria Conceição Moreno .....	18.27
------------------------------	-------

**Oficial principal, referência 9**

Zilda Maria Fernandes .....	14.46
-----------------------------	-------

**Direcção Nacional das Receitas – DG Alfandegas**

**Inspector Aduaneiro, referência 14**

António Santos da Veiga .....	15.41
António Manuel Adrião Lopes .....	14.62
Luís de Pina Aguiar .....	14.53
Reinaldo Ramos Dias .....	14.43
Octávio Costa Alves .....	14.23
António Soares Pinto .....	13.96*
João Gomes Correia .....	13.88 *
Heldeberto Almeida Ribeiro .....	13.87*
Euclides Cabral .....	13.83 *
Rafael Sousa Monteiro .....	13.41*

**Reverificador Aduaneiro, referência 11**

Maria Celestina Pereira .....	15.61
Albertino Lopes da Cruz .....	14.02
Pedro Almeida Sancha .....	13.92
António dos Santos Vezo .....	13.48
Antónia Almeida Mendes .....	13.44*
Mário João Cabral .....	12.88 *

Júlia Machado Ramos .....	12.76*	Maria de Fátima Marques dos Santos .....	15.98
Filomena Mosso Santos .....	12.74*	Nicolau Tolentino da Graça .....	15.85
José Baptista Neves .....	11.95*	Luísa Lima Ramos .....	15.82
Luisa Delgado Fortes .....	11.92	Maria José Pereira Lopes .....	15.78
Emanuel Rodrigues .....	11.83*	Daniel Mendes Ascensão Silva .....	15.72
Helena Gomes Évora .....	11.60*	Pedro Abel Freire .....	15.43
Maria da Luz Pinto .....	11.28*	Hermenegildo Furtado Lopes .....	15.24
Jean Pierre Silva .....	10.99*	Maria da Luz T. Lopes .....	15.19
José M. Lopes Cabral .....	10.67 *	Ângela Josefa Tavares .....	14.60*
Fernanda Gomes da Silva .....	10.37*	Adriano Fernando Batalha Moniz .....	14.41*
José Osório Fortes .....	10.20 *	António Pires Gomes .....	14.33*
Raquel Pinto Barros .....	9.97*	Maria de Lourdes D. Barros .....	14.16 *
Maria Ildebranda Garcia .....	9.62	Amelita Maurício da Cruz .....	14.06 *
Deolinda Freire Tavares .....	Excluído	Rui Ilídio Pina Sanches .....	13.70*
<b>Controlador principal, referência 9</b>			
Maria José Brito Barbosa .....	13.76	Pedro Emiliano Vieira Barros .....	13.69*
<b>Controlador de 1ª, referência 8</b>			
Silvino Nunes da Silva .....	14.12	Guilhermina Pina Varela .....	13.56 *
Luz Marina Osório .....	13.85	Zenaida Duarte Monteiro.....	13.40 *
Carla Helena Gonçalves.....	13.78	Ariana Helena Duarte Silva .....	12.80*
Clovis Fermino do Rosário.....	11.37*	Hélder Lima Brito .....	12.58 *
<b>Oficial principal, referência 9</b>			
Rosa Maria Fortes .....	18.15	<b>Técnico verificador tributário de 2ª, referência11</b>	
<b>Direcção Nacional das Receitas – DG das Contribuições e Impostos</b>			
<b>Inspector tributário superior, referência15</b>			
Ana Emília Taboada Antunes .....	19.55*	Maria Gabriela Nascimento .....	13.86
João Augusto da Cruz Chantre .....	19.14*	Leonor Pires Carvalho .....	13.13
José Jorge Borges de Oliveira .....	19.03*	José Joaquim Semedo .....	12.96
Maria de Fátima Teixeira Barbosa .....	18.55 *	Pedro Emiliano Barros .....	12.91
Maria Salomé Delgado Salomão .....	18.54*	Maria de Fátima Marques dos Santos .....	12.74
Dina de Pina Lopes .....	18.53 *	Guilhermina Pina Varela .....	11.79
Maria Rosa Silva Lopes .....	18.41*	Graciano Fernandes dos Reis .....	10.93
Heraida do Carmo Delgado Martins .....	18.36 *	José Manuel Agues Ribeiro .....	10.82*
Nilza Maria Rocha Pinto .....	18.31*	Adelaide Carvalho de Sena .....	10.74*
Honorata de Fátima Santos Mendes .....	18.25*	Rui Ilídio Pina Sanches .....	10.44*
Daniel Paulo Freire de Palma Andrade .....	17.43*	Maria Rita Alves Neves .....	9.73*
António Pedro Silva .....	17.38*	João Francisco Tavares .....	9.60 *
Marlene Lopes de Oliveira .....	17.36 *	Maria Amália Lopes Furtado.....	9.42 Excluído
Ana Isabel Moreno Semedo .....	17.35*	Arlindo Cabral Fernandes .....	9.19 Excluído
Maria Lopes Delgado Jesus .....	16.99 *	Licínio Jesus de Andrade.....	8.60 Excluído
Ricardino Santos Afonso .....	16.90*	Alexandrina Abade Barros.....	8.47 Excluído
<b>Inspector Tributário, referência 14</b>			
Sónia Batalha Évora .....	16.58	Hirondina Maria Santos do Rosário.....	8.44 Excluído
Maria Severa dos Santos .....	16.47	Lucinda Morais Cardoso .....	8.28 Excluído
Maria Gabriela Nascimento .....	16.05	Antonino Aureliano Teixeira .....	8.18 Excluído
		Orlanda Barros Ramos Moreira .....	5.30 Excluído
		<b>Técnico tributário auxiliar de 1ª, referência7</b>	
		José Joaquim M. Semedo .....	16.46
		Maria Conceição Borges .....	16.27*
		João de Barros Barbosa .....	15.90*
		José Bernardino Mendes Semedo .....	14.25*
		Jacqueline Teixeira .....	13.61*
		João Carlos Firmino .....	12.40 *
		Domingas M. Pereira .....	11.46*
		Roberto Mendonça .....	9.91*

**LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PESSOAL DIRIGENTE**

**Direcção-Geral do Tesouro**

**Técnico Superior de Finanças de 1ª, referência 15**

Esana Soares de Carvalho

Katia Sousa Rodrigues

**Direcção Nacional do Orçamento e Contabilidade Publica**

**Técnico superior de finanças principal, referência 16**

Filomena Maria Rodrigues Monteiro

**Direcção Nacional do Planeamento**

**Técnico superior de 1ª, referência 14**

Jéssica Eduina Pires Sancha

**Direcção-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão**

**Técnico superior de 1ª, referência 14**

Elisa Helena Monteiro Nascimento

**Inspeção-Geral de Finanças**

**Inspector Principal de Finanças, referência 16**

Alcinda Pereira Sousa Duarte

**Inspector superior de finanças, referência 15**

Renato Lopes Fernandes

Paula Ermelinda de Figueiredo Vieira

**Direcção-Geral das Contribuições e Impostos**

**Inspector Tributário Superior, referência 15**

Maria Filomena Coelho Moreira Barreto de Carvalho

Domingos Emanuel Agues Soares

João Augusto Cruz Chantre\*

Carla Ivone Melício Soares de Sousa\*

Pedro Emílio de Oliveira Correia\*

Nataniel Lima Barros\*

**\*Não existe vaga**

Direcção-Geral do Orçamento Planeamento e Gestão do Ministério das Finanças, na Praia, aos 24 de Agosto de 2010. – A Directora-Geral, *Elisa Helena Nascimento Monteiro*

(679)

**ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação**

**Conservatória dos Registos da Região da Praia**

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

**EXTRACTO**

Certifico, para efeitos de publicação nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 25/VI/2003, de 21 de Julho, que foi constituída uma Associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO JUVENIL PROGREDIR SAFENDE-AJPS”, com sede em

Safende, cidade da Praia de duração indeterminada, com o património inicial de quinze mil escudos, tem por objectivo o desenvolvimento das actividades e programas Juvenis nas seguintes vertente:

1. Vertente social:

- a) Melhorar as condições de vida dos moradores da comunidade;
- b) Praticar e desenvolver solidariedade na comunidade;
- c) Fomentar o espírito de entre ajuda e contribuir para a solução dos problemas que afectam a comunidade;
- d) Apoiar alunos e crianças carenciados da comunidade;
- e) Apoiar idosos carenciados da comunidade;
- f) O mais que por lei lhe foi permitido.

2. Vertente juventude:

- a) Desenvolver a cooperação e solidariedade entre os jovens, na base da realização de iniciativas relativas à problemática da juventude;
- b) Promover o estudo, investigação e difusão de notícias relativas aos jovens, cooperando com todas as entidades públicas e privada visando a integração social e o desenvolvimento de políticas adequadas à sua condição;
- c) Organizar encontros, colóquios, conferências e seminários a volta da problemática da juventude;
- d) Promover a formação dos jovens, tendo em vista a sua integração social;
- e) Promover o intercâmbio e cooperação com associações organismos nacionais e estrangeiros que prossigam os mesmos objectivos.

3. Vertente desportiva:

- a) Organizar em grupos desportivos em diferentes modalidades e escalões;
- b) Organizar provas desportivas;
- c) Promover intercâmbio com associações nacionais e estrangeiros que prossigam os mesmos objectivos;
- d) Promover o desporto;
- e) Organizar encontros, colóquios, conferências e seminários a volta da problemática do Desporto.

4. Vertente cultural:

- a) Promover a cultura;
- b) Promover encontros, colóquios, conferências e seminários a volta da cultura;
- c) Promover o intercâmbio e cooperação com grupo, associações e organismos que prossigam os mesmos objectivos;
- d) Divulgar a cultura;

5. Vertente meio ambiente:

- a) Sensibilizar a comunidade a volta da problemática do ambiente;
- b) Organizar encontros, colóquios, conferências e seminários a volta da problemática do ambiente;

Direcção:

Presidente: Ângelo Danilson Fernandes Gonçalves.

Vice-presidente: Ana Rosa Fernandes Gonçalves.

Secretária: Maria José Pereira da Cunha.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 21 de Janeiro de 2010. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(680)

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi registada uma sucursal, nos termos seguintes:

FIRMA: “EFACEC – ENGENHARIA, SA-SUCURSAL DE CABO VERDE”.

SEDE: Rua Engº Frederico Ulrich, Guardedeiras, Distrito Porto, Concelho da Maia, Freguesia Moreira, 4471-907 Maia, matriculada na Segunda Conservatória do Registo Predial/Comercial Maia Sob o número 504028308

OBJECTO: Concepção, projecto e montagens de sistemas eléctricos e electromecânicos, execução de empreitadas, fornecimento de obras públicas, engenharia e construção civil, bem como fornecimento de sistemas de gestão, comando e controlo para redes de energia eléctrica e instalações industriais, com base na concepção, desenvolvimento e instalação de software e equipamentos electrónicos.

CAPITAL: 7.500.000,00 Euros, representado por 1.500 000 acções nominativas ou ao portador, de 5,00 euros cada

Conselho de Administração:

Vogais:

- Fernando Maria Foles da Costa, residência/sede: Alameda das Linhas, nº62,3ºdtº 1750-147-Lisboa, Portugal,
- Mário Óscar Clemêncio, residência/sede: Praceta João Villaret, nº 15, 3º dtº 4460-337 Senhora da Hora, Portugal
- Fernando José Rabaça Vaz, residência/sede: Rua Quinta do Sol, nº80 4420-543 Gondomar, Portugal

Duração do mandato: 2006/2009

Data de Deliberação: 14/02/2008

Fiscal único:

Pricewaterhousecoopers & Associados-SROC, Lda, representada por António Joaquim Brochado Correia

Residência/Sede: Rua Arq. Cassiano Barbosa, 569, 2º dtº trás, Porto, Portugal.

FORMA DE OBRIGAR: pela assinatura:

- a) conjunta de dois administradores;
- b) De um só administrador, quando tais poderes específicos lhe tenham sido conferidos em acta pelo conselho de administração;
- c) Conjunta de um administrador e de um mandatário, nos termos do respectivo mandato;
- d) De um ou mais mandatários, nos termos do respectivo mandato.

Existindo delegação de competência do conselho de administração em administrador-delegado ou em comissão executiva, a sociedade ficará vinculada pela intervenção de um ou mais administradores-delegados ou membros da comissão executiva, nos termos da delegação do conselho de administração.

SUCURSAL Cidade da Praia, ilha Santiago, República de Cabo Verde.

Representante: Dr. Rolando Marques Rodrigues, casado, com domicílio profissional na Rua da Caragem, nº1, em Carnaxide, Portugal

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 17 de Março de 2010. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(682)

A CONSERVADORA P/S: MARIA DO CÉU MONTEIRO ROCHA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de mudança de denominação sociedade por quotas denominada “MARIA

ANTÓNIA ALMEIDA CRUZ-SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA”, com sede no Plateau, cidade da Praia, com o capital social de 250.000\$00, matriculada na Casa do Cidadão sob o nº1033320090902

Em consequência altera-se o artigo 1º do pacto social que passa a ter a seguinte e nova redacção:

Artigo 1º

A sociedade adopta a denominação “ENAPEC – ESCOLA NACIONAL DE ARTE & PROMOTORA D’EVENTOS CULTURAIS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA”.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 2 de Julho de 2010. – A Conservadora, p/s, *Maria do Céu Monteiro Rocha*

(683)

A CONSERVADORA P/S: MARIA DO CÉU MONTEIRO ROCHA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de cessão de quotas e alteração parcial do contrato da sociedade comercial por quotas denominada “FORCABO – VEICULOS AUTOMÓVEIS, LDA”, com sede nesta cidade da Praia, com o capital de 10.000.000\$00, matriculada nesta Conservatória sob o n.º660/1998/12/03

CEDENTE:

Adelino José Figueiredo Pereira da Silva.

Estado civil: casado no regime de comunhão de adquiridos com Maria de Lurdes Sousa Borges Pereira da Silva.

Naturalidade: Mirandela-Portugal.

Residência: Achada de Santo António, cidade da Praia

QUOTA TRANSMITIDA: 1.250.000\$00

CESSIONÁRIA: “CABO VERDE RENT-A-CAR, LDA”, com sede nesta cidade da Praia, com o capital social de cinco milhões de escudos, matriculada sob o nº827/2000/03/3.

Em consequência altera-se o artigo 4º do pacto social, que passa a ter a seguinte e nova redacção

Artigo 4º

CAPITAL: 10.000.000\$00, integralmente realizado em dinheiro e corresponde a soma das quotas dos sócios na seguinte proporção:

- Grupo Salvador Caetano, SGPS,SA: 9.995.000\$00
- Cabo Verde Rent-A-Car, Lda: 5.000\$00

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 28 de Julho de 2010. – A Conservadora, p/s, *Maria do Céu Monteiro Rocha*

(684)

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de aumento de capital da sociedade anónima denominada “SIMOVEL – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA”, com sede nesta cidade da Praia, com o capital de 240.000.000\$00, matriculada sob o nº 470/1996112109.

MONTANTE DO AUMENTO: 60.000.000\$00 (sessenta milhões de escudos)

Em consequência altera-se o artigo 5º do pacto social que passa a ter a seguinte e nova redacção:

Artigo 5º

Capital social é de 300.000.000\$00 (trezentos milhões de escudos)

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 12 de Agosto de 2010. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(685)

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontram exarados os seguintes averbamentos da sociedade anónima denominada “CIMPOR CABO VERDE, SA” com sede nesta cidade da Praia, com o capital social de 150.000.000\$00, matriculada nesta Conservatória sob o nº 351/1994/10/18

Renúncia da secretária da mesa da assembleia geral a Sr<sup>a</sup> Dra Sofia Helena de Oliveira Lima Wanhon Veiga.

Nomeação do novo secretário da mesa da assembleia geral o Sr. Dr. José Manuel Pinto Monteiro.

Destituição do vogal suplente do conselho de administração o Sr. José Carlos Ivan Pousada de Sousa.

Conselho de Administração:

Presidente: Eng<sup>o</sup> José António Sócrates da Costa Mota Martins.

Vogais: Dr. Jorge Manuel Esteves dos Reis; Dr. José Manuel Henriques Guerreiro Nunes.

Administradores: Eng<sup>o</sup> César António Calheiros de Abreu Dr. Paulo Jorge Lima Veiga.

Administrador suplente: Eng<sup>o</sup> Pedro Manuel de Freitas Marques.

Comissão Executiva:

Presidente: Eng<sup>o</sup> José António Sócrates da Costa Mota Martins.

Vogais: Eng<sup>o</sup> Jorge Manuel Esteves dos Reis; Eng<sup>o</sup> César António Calheiros de Abreu

Comissão de Vencimentos:

Presidente: Dr. António Carlos Custódio de Morais Varela.

Vogais: Eng<sup>o</sup> Luís Filipe Sequeira Martins; Dr. Luís Miguel da Silveira Ribeiro Vaz.

Acta lavrada em 25 de Maio de 2010.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 16 de Agosto de 2010. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(686)

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de rectificação do apelido do sócio único Ermilindo Correia Pereira “Ferreira”, para “Pereira” e alteração do objecto social da sociedade unipessoal denominada “GINÁSIO LET’S GO, SOCIEDADE UNIPES-SOAL, LDA”, com sede na Fazenda, Cidade da Praia e o capital social de 400.000\$00, matriculada na Casa do Cidadão sob o nº 1520020100520.

Em consequência, altera-se o artigo 3.º do pacto social, que passa a ter a seguinte e nova redacção:

Artigo 3º

A sociedade tem por objecto a gestão de instalações desportivas, comércio geral de importação, exportação, venda a grosso e a retalho de máquinas, equipamentos e produtos desportivos, viaturas, peças e acessórios auto, materiais e equipamentos para construção civil, roupa, calçado, produtos de beleza, perfumaria, artigos electrónicos, informá-ticos, mobiliários, géneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, bebidas, refrigerantes, material escolar, televisores e telemóveis

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 19 de Agosto de 2010. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(687)

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico, para efeitos de publicação nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 9º da Lei nº 25/VI/2003, de 21 de Julho, que foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO FUNERARIA 13 DE JUNHO DE LEM CACHORRO”, com sede em Lém Cachorro, cidade da Praia de duração indeterminada, com o património inicial de cem mil escudos, cujo o objectivo principal é socorrer as famílias do defuntos em caso de morte.

Direcção:

Presidente: Victor Manuel Gomes

Vice-presidente: Ana Isabel Moreno Semedo

Secretário: João Pires

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 19 de Agosto de 2010. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(688)

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial unipessoal por quotas, nos termos seguintes:

FIRMA: “MULTIVIAGENS TOUR, LDA”.

SEDE: Avenida Cidade de Lisboa frente capelinha, Cidade da Praia, podendo, por deliberação da assembleia geral, criar delegações, ou outras formas de representação em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: Actividades das agências de viagens; Actividades dos operadores turísticos; Outras actividades de reservas e aluguer de veículos automóveis.

CAPITAL: 600.000\$00, realizado em espécie.

SOCIOS E OUOTAS:

- Mário Arlindo Monteiro Sanches, solteiro, maior, natural da freguesia de São Tiago, concelho Santa Cruz, residente na Vila de Pedra Badejo-Santa Cruz; 300.000\$00;

- Olívio Mendes Ribeiro, casado no regime de comunhão de adquiridos com Maria Lucinda Monteiro Sanches Ribeiro, natural de São Miguel Arcanjo, residente em Achada São Filipe, cidade da Praia; 300.000\$00.

GERÊNCIA: Exercida pelos sócios.

FORMA DE OBRIGAR: Com a assinatura dos gerentes ou de um procurador devidamente mandatado.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 19 de Agosto de 2010. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(689)

**Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe do Fogo**

O CONSERVADOR/NOTÁRIO: PAULO JORGE BARBOSA CORREIA DE PINA

EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do número um do artigo nono da lei número vinte e cinco barra seis romano barra dois mil e três, de vinte e um de Julho, que

no dia dois de Julho de dois mil e nove, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe do Fogo, foi registada sob o número 58/090702 uma associação denominada “ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO-FAIXA DA TERRA”, com duração por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, com sede na Cidade de São Filipe - Bairro Terceiro Congresso, com o objectivo de promover, desenvolver, pesquisar, fomentar e divulgar o desporto e a cultura cabo-verdiana.

Na prossecução dos seus objectivos e de acordo com a legislação aplicável a associação poderá nomeadamente realizar as seguintes operações:

- a) Organizar provas desportivas e culturais;
- b) Participar em provas e actividades desportivas e culturais, oficiais ou não, de qualquer nível;
- c) Realizar estudos e pesquisas nos domínios do desporto e da cultural.

Tem de património inicial a quantia de dez mil escudos (10.000\$00) e será representado pelo presidente da Direcção.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe do Fogo, aos 2 de Julho de 2010. – O Conservador/Notário, *Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina*.

(690)

#### Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe de Santa Catarina

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: MARIA IVETE SANTOS  
DA SILVA MARQUES

#### EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de alteração do artigo 3º, referente á sociedade comercial denominada “LOPES CORREIA IMPORTAÇÃO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA”, com sede em Santa Catarina de Santiago - Vila de Assomada, matriculada nesta Conservatória sob o número 260998109/1317320100104, em quatro de Janeiro de dois mil e dez, cujo capital social é de 200.000\$00 (duzentos mil escudos).

Em consequência do averbamento acima referido, o objecto social da sociedade passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 3º

#### (Objecto social)

A sociedade tem por objecto social, comércio por grosso de outros bens de consumo; comércio a retalho de bebidas e tabaco; comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco e comércio por grosso de vestuários e acessórios.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe de Santa Catarina, aos 6 de Agosto de 2010. – A Conservadora/sub, *Maria Lopes Monteiro*

(691)

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: MARIA IVETE SANTOS  
DA SILVA MARQUES

#### EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um contrato de cessão de

quotas e gerência, referente á sociedade comercial denominada JF – SOCIEDADE CONSTRUÇÕES INVESTIMENTOS, LDA”, com sede em Santa Catarina de Santiago - Cidade de Assomada - Achada Riba, matriculada nesta Conservatória sob o número 261647016/1498320100423, em 23 de Abril de dois mil e dez, cujo capital social é de 200.000\$00 (duzentos mil escudos).

Em consequência do contrato acima referida, a sociedade passa a ter uma quota única pertencente ao sócio, Joaquim Manuel Baptista Fernandes, solteiro, maior, residente em Achada Riba - Cidade de Assomada:

GERÊNCIA: A gerência da sociedade fica a cargo do sócio único, Joaquim Manuel Baptista Fernandes.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe de Santa Catarina, aos 12 de Agosto de 2010. – A Conservadora/sub, *Maria Lopes Monteiro*.

(692)

## ORDEM DOS ADVOGADOS DE CABO VERDE

### Conselho Superior

CERTIFICA:

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída do Livro de Registo das Sociedades de Advogados;
- c) Que foi requerida pelo Nº. 11;
- d) Que ocupa 1 folha numerada e rubricada pelo Secretário Executivo e leva oposto o selo branco desta Ordem.

#### EXTRACTO

Certifica-se, narrativamente, para efeitos de publicação, que foi constituída uma sociedade de advogados, nos termos seguintes:

1. DENOMINAÇÃO SOCIAL: “Solange Furtado & Associados, Sociedade de Advogados, R.L.”, designada por “SF&LB Associados, Sociedade de Advogados, RL”.

2. SEDE SOCIAL: Avenida do Palmarejo, nº 28, 1º andar, Cidade da Praia, Ilha de Santiago, República de Cabo Verde.

3. OBJECTO SOCIAL: Exercício exclusivo da advocacia.

4. DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

5. CAPITAL SOCIAL: 500.000.00 (quinhentos mil escudos).

6. TITULARES: Silvino Mendes e Solange Furtado Sanches

7. ADMINISTRAÇÃO: Exercida pela sócia Solange Furtado Sanches

8. FORMA DE SE OBRIGAR: Com a assinatura da sócia Solange Furtado Sanches ou de um procurador devidamente mandatado.

9. REGIME DE RESPONSABILIDADE CIVIL: Limitada.

10. NATUREZA: Definitiva.

Conselho Superior da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, em 18 de Agosto de 2010. – O Presidente, *Arnaldo Silva*.

(693)



## CONTAS E BALANCETES

SCT – Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.

## Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

## Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Senhores accionistas,

A crise mundial fez-se sentir com mais acuidade no ano de 2009, não tendo a SCT sido imune a alguns dos seus efeitos negativos.

Apesar do contexto desfavorável, a SCT conseguiu neste exercício de 2009 um desempenho operacional e financeiro ainda assim positivo, com as vendas a aumentarem 1%, muito embora não se tenha alcançado os desejáveis 100% de quota do mercado. Sendo muito difícil erradicar o contrabando, todos os esforços devem ser desenvolvidos no sentido de reduzir cada vez mais o seu espaço de manobra, motivo pelo qual a SCT, no decorrer deste exercício, estreitou laços de cooperação com as principais entidades oficiais de combate a este fenómeno, a saber, as Alfândegas, a Polícia Fiscal e a Inspeção Geral das Actividades Económicas.

Foram realizados investimentos fora do *core business* da empresa, no âmbito da estratégia de diversificação, no intuito de aumentar a rentabilidade do negócio e, consequentemente, garantir o melhor retorno do investimento feito pelos accionistas.

Consciente da responsabilidade social que tem para com a sociedade civil, durante o ano de 2009 a empresa continuou a apoiar várias iniciativas.

Em nome do Conselho de Administração, gostaria de terminar com uma palavra de agradecimento a todos quantos se relacionaram com a Sociedade Caboverdiana de Tabacos ao longo deste exercício. Neste capítulo, destacamos a dedicação dos nossos colaboradores, sem os quais não teria sido possível levar a bom termo os nossos propósitos.

Praia, 26 de Março de 2010

## ORGÃOS SOCIAIS E REDE DE DISTRIBUIÇÃO

## Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr Jorge Eduardo St. Aubyn Figueiredo (em representação da Câmara Municipal do Sal)

Secretário: Sr. Adriano Manuel Delgado Soares

Fiscal Único

Dr<sup>a</sup> Argentina Lima Barros

Conselho de Administração

Presidente: Eng<sup>o</sup> Emanuel Setembrino Lima Barros (em representação da SITA)Vogal: Dr<sup>a</sup> Josina Ramos Correia (em representação da Irmãos Correia)

Vogal: Sr João Manuel Feijóo Leão (em representação da Moave)

Vogal: Dr Fernando Marques Pereira (em representação d' A PROMOTORA)

Vogal: Dr Euclides Jesus Marques Oliveira

## Direcção e Rede de Distribuição

Director-Geral

Dr Júlio Carlos Silva Barros de Andrade

Direcção Comercial

Eng<sup>o</sup> João do Carmo Brito Soares

Delegação Sul (Praia, ilha de Santiago)

Dr<sup>a</sup> Nadine Cristina Fortes dos Santos <sup>(1)</sup>

Posto de Vendas (Espargos, ilha do Sal)

Dr<sup>a</sup> Vanda Lúcia Silva Cabral <sup>(2)</sup>

Direcção de Produção

Eng.<sup>a</sup> Filomena Fonseca Santos

Divisão Administrativa e Financeira

Sr. Adriano Manuel Delgado Soares

## APRESENTAÇÃO

Prezados Accionistas,

Em cumprimento do estipulado nos Estatutos e no Código das Empresas Comerciais, vem o Conselho de Administração submeter à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório e Contas da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

A nível global, o cenário de crise verificado no segundo semestre de 2008 prolongou-se pelo ano de 2009, não obstante as medidas concertadas tomadas pelos governos e bancos centrais. Nesse período assistiu-se a uma deterioração da conjuntura económica, caracterizada por decréscimos bastante significativos no investimento e no comércio internacional, que se reflectiu numa subida considerável da taxa de desemprego.

A análise do comportamento da economia cabo-verdiana, até Dezembro de 2009, quer dos indicadores quantitativos quer dos indicadores qualitativos de conjuntura, aponta também para a manutenção do ritmo de abrandamento no crescimento da actividade económica.

No que respeita à inflação, as informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística dão-nos conta que o índice de preços no consumidor registou uma taxa de variação média de 1,0% em Dezembro de 2009, em linha com a trajectória descendente verificada durante praticamente todo o ano.

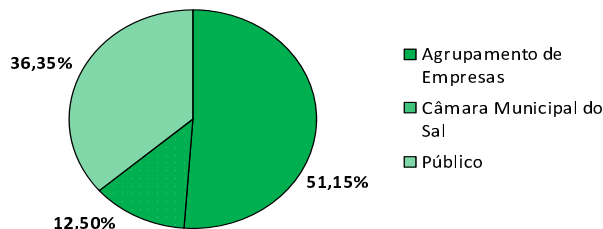
No sentido de acompanhar as directrizes internacionais em matéria de demonstrações financeiras, foi implementado um novo normativo contabilístico e de relato financeiro em Cabo Verde, que assenta em princípios de maior rigor e transparência no tratamento das informações conferindo-lhes a credibilidade necessária no processo de internacionalização da economia.

Este relatório é, então, o primeiro da Sociedade Caboverdiana de Tabacos a ser apresentado em conformidade com as citadas normas.

## Estrutura do capital social

A 31 de Dezembro, o capital social da SCT era representado por 240.000 mil acções, sendo 152.760 nominativas não cotadas e 87.240 acções cotadas em bolsa, distribuídas pelo público. Assim, à data, a composição accionista da SCT era a seguinte:

ENTIDADE	Nº de Acções	%
<b>Agrupamento de Empresas</b>	<b>122 760</b>	<b>51,15</b>
<i>A Promotora</i>	30 690	12,7875
<i>Irmãos Correia</i>	30 690	12,7875
<i>Moave</i>	30 690	12,7875
<i>Sita</i>	30 690	12,7875
<b>Câmara Municipal do Sal Público</b>	<b>30 000</b>	<b>12,50</b>
<b>TOTAL</b>	<b>240 000</b>	<b>100,00</b>



No ano de 2009, a nível de transacções na bolsa, foram efectuadas 12 operações, tendo sido movimentados 4.759 títulos. A cotação das acções sofreu um decréscimo ao longo do exercício, pois a 31 de Dezembro de 2009 era de 5.340 escudos por título contra 5.896 escudos a 1 de Janeiro do mesmo ano, apesar de não se constatar justificação aparente para este facto e tendo em conta a continuação do bom desempenho da SCT.

## Síntese da actividade

Em 2009 a SCT vendeu 104,357 milhões de cigarros, o que representou um aumento de cerca de 2% face ao exercício transacto. O

<sup>10</sup> A partir de Dezembro<sup>20</sup> A partir de Novembro

Resultado Operacional aumentou 3% face a 2008, mas devido ao fim do benefício fiscal que existiu nos últimos três anos, decorrente da cotação em bolsa, a SCT apresenta um Resultado Líquido inferior na mesma ordem de grandeza.

	2009	2008
<b>Resultado operacional bruto</b>	<b>370.636.449</b>	<b>360.048.915</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>157.282.187</b>	<b>162.666.861</b>
<b>Resultado por acção</b>	<b>655</b>	<b>678</b>

UNIDADE: CVE

No âmbito da estratégia da diversificação, foram efectuados investimentos em áreas fora do *core business* da SCT na ordem dos 80.000 contos.

## ACTIVIDADE COMERCIAL

### Principais acontecimentos

#### A SCT vendeu 104 milhões de cigarros...

Em 2009, a actividade comercial cresceu cerca de 2% comparativamente ao exercício anterior. A SCT vendeu 104.357 mil cigarros, face aos 102.602 mil cigarros vendidos em 2008.

Apesar da crise financeira internacional e da conseqüente recessão em quase todas as áreas do sector económico, a actividade comercial da empresa comportou-se, regra geral, bastante bem.

Não obstante os entraves legais criados à publicitação dos nossos produtos e à tendência mundial para a redução dos níveis de consumo, a SCT apostou fortemente na Força de Vendas interna e na relação com a rede de distribuidores, para contrabalançar estas dificuldades.

Com os passos dados no ano transacto, a SCT passou a estar mais próxima dos seus clientes, tendo adoptado uma nova forma de abordagem do mercado.

Destaca-se, portanto, a continuação da boa interacção da empresa com os seus clientes, com os quais se realizaram vários encontros a nível local, tendo-se registado um número expressivo de presenças. Para além desses eventos, a visita aos clientes passou a ser uma actividade regular e controlada graças à criação da Força de Vendas.

A SCT proporcionou ainda a alguns clientes, a convite da Philip Morris, uma visita à unidade industrial que a nossa representada instalou recentemente em Dakar para abastecer um leque de 22 países da costa ocidental africana. A visita constituiu um sucesso e confirmou a elevada qualidade do processo de fabrico da Philip Morris.

### Vendas

O volume de vendas da empresa atingiu os 675.300 contos (2008: 669.639 contos), o que reflecte um aumento de 5.661 contos (1%), apesar de não ter havido alterações dos preços.

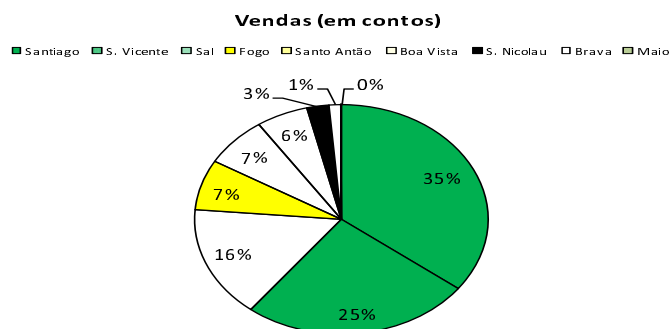
As vendas por ilha ocorreram conforme o quadro seguinte:

ILHA	2009		2008	
	quant.	Peso	quant.	Peso
Santiago	36.385	35,5%	35.405	34,5%
S. Vicente	26.947	26,3%	25.713	25,1%
Sal	15.860	15,5%	17.625	17,2%
Santo Antão	7.915	7,7%	7.675	7,5%
Fogo	7.385	7,2%	7.255	7,1%
Boa Vista	5.670	5,5%	4.705	4,6%
S. Nicolau	2.665	2,6%	2.830	2,8%
Brava	1.460	1,4%	1.395	1,4%
Maio	70	0,1%	0	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>104.357</b>	<b>100,0%</b>	<b>102.603</b>	<b>100,0%</b>

unidade: mil cigarros

Como se constata, Santiago continua a ter a maior fatia do mercado (cerca de 36%), seguido de S. Vicente, com cerca de 26%. O crescimento global das vendas em 2009 deve-se, essencialmente, ao aumento do consumo nas ilhas do Santiago, S. Vicente e Boa Vista, pois a ilha do Sal

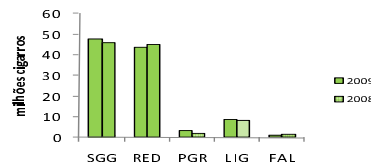
registou um decréscimo de consumo de 1.765 mil cigarros traduzido em 10% face ao período homólogo. O aumento das quantidades vendidas na ilha de Santiago justifica-se maioritariamente pelo reforço da luta contra o contrabando.



Com referência a vendas de marcas pelas ilhas, é de se realçar o seguinte:

- Marlboro Red e SG Gigante venderam-se em todas as ilhas do país;
- Marlboro Lights apenas não foi comercializada na ilha da Brava;
- Porto Grande concentrou-se na ilha do Fogo, não tendo sido vendida apenas na ilha da Brava.
- Falcões não foi comercializada nas ilhas do Sal, da Boa Vista, do Fogo e do Maio.

No que respeita às vendas globais por produtos (em mil cigarros), registou-se uma quebra do cigarro Marlboro Red mas o Marlboro Lights continuou a crescer. O SG Gigante teve uma evolução bastante favorável, tendo a sua venda aumentado em cerca de 12%. O gráfico seguinte reflecte a situação.

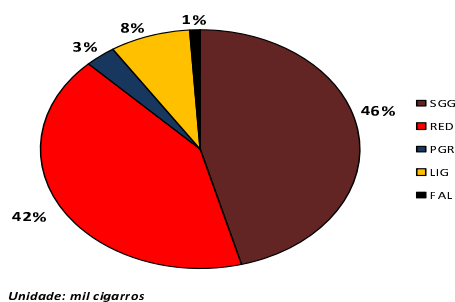


### Vendas Totais

Seguidamente, mostra-se a evolução no último triénio, em termos de quantidade global de cigarros vendidos:

ANOS	2009	2008	2007
<b>Vendas</b>	<b>104.357</b>	<b>102.603</b>	<b>99.557</b>
<b>Crescimento</b>	<b>1,7%</b>	<b>3,1%</b>	<b>-10,2%</b>

unidade: mil cigarros



Como se pode observar no gráfico anterior, o SG Gigante foi o produto mais vendido em quantidade, representando 46% das vendas totais, seguido imediatamente pelo Marlboro Red com 42%. Os restantes produtos vendidos, por ordem decrescente, foram o Marlboro Lights (8%), o Porto Grande (3%) e o Falcões (1%).

### Luta contra o contrabando

Um outro factor relevante ao longo do ano 2009 foi o reforço da boa relação da SCT com as instituições que visam o combate ao contrabando (que é o principal concorrente da SCT) nomeadamente a Polícia Fiscal, a Alfândega e a Inspeção Geral das Actividades Económicas (IGAE).

Juntos procurámos evitar que os contrabandistas tivessem a audácia de comercializar cigarros impunemente, tendo-se conseguido obter algum controlo sobre esta prática.

No ano em análise, foi ainda efectuada uma operação conjunta de queima de cigarros ilegais. Saliente-se que, em 2009, a quantidade de cigarros apreendidos subiu consideravelmente.

**ACTIVIDADE PRODUTIVA**

A produção do ano teve uma média mensal de 4 429 mil cigarros (2008: 4 163) e distribuiu-se da seguinte forma:

Ano	PRODUTO			Total
	Falcões	Porto Grande	SG Gigante	
2009	988	3 491	48 663	53 142
2008	1 457	1 905	46 592	49 954
2007	1 869	2 600	40 916	45 385

Unidade: mil cigarros

No ano de 2009, registou-se um aumento de 6% face a 2008. Este facto deveu-se ao aumento tanto da produção do SG Gigante como do Porto Grande, visto que se verificou uma diminuição na produção de Falcões.

**APROVISIONAMENTO**

Ano	DESIGNAÇÃO			Total
	Mercadorias	Matéria- prima e de consumo	Imobilizado	
2009	212.405	82.869	0	295.274
2008	253.436	83.724	2.917	340.077
2007	233.270	70.126	0	303.396

Unidade: Contos

No ano de 2009 fizeram-se importações no montante de 295.274 contos (2008: 340.077 contos). Relativamente ao cigarro Marlboro realizaram-se 11 operações de importação, sendo 5 destinadas à sede em S. Vicente e 6 destinadas à Delegação da Praia.

As peças e acessórios menos exigentes para os equipamentos fabris continuaram a ser adquiridas e confeccionadas localmente e aquelas cujas ligas são mais complexas e o respectivo material não se encontra disponível no nosso mercado foram adquiridas no exterior.

**RECURSOS HUMANOS**

A SCT apresentava a 31 de Dezembro de 2009 um agregado de 46 colaboradores (2008: idem).

Do conjunto de trabalhadores, 33 eram efectivos (78%) e o remanescente contratados a prazo (22%).

O escalão etário dos 40 aos 55 anos representava 52% do efectivo e a distribuição por sexo era de 41% para a mão-de-obra feminina e 59% para a mão-de-obra masculina.

Alguns indicadores de balanço social apontam para uma estrutura de pessoal de nível não muito elevado em termos de habilitações literárias, pois a 31 de Dezembro de 2009, 83%, ou seja, 38 trabalhadores, tinha a escolaridade mínima ou menos (2008: 85%).

A antiguidade dos trabalhadores era a que se apresenta de seguida:

Inferior a 1 ano	4
1 a 5 anos	9
Superior a 5 anos	33
<b>Total</b>	<b>46</b>

Na vertente social interna, o fundo social situa-se em 18.714 contos. Foram ainda providas refeições cujos custos foram suportados maioritariamente pela empresa.

No que concerne à saúde, foram efectuados exames periódicos aos colaboradores, no âmbito da medicina do trabalho.

Foram realizadas 5 acções de formação externa nas áreas como contabilidade, informática e secretariado e que abrangeram 6 colaboradores.

**SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA**

**Ganhos**

Abaixo mostra-se a evolução das principais rubricas de ganhos face ao exercício de 2008:

DESCRIÇÃO	2009	2008
Vendas e Prestações de serviços	675.300	669.639
Juros e ganhos similares obtidos	12.654	12.848
Outros rendimentos e ganhos	3.486	3.079

valores em milhares cve

**Gastos**

As principais rubricas de gastos evoluíram face a 2008, como se ilustra abaixo:

DESCRIÇÃO	2009	2008
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	307.733	309.710
Fornecimentos e Serviços Externos	71.679	71.828
Gastos com o pessoal	70.735	65.284
Outros gastos e perdas	19.284	14.768

valores em milhares cve

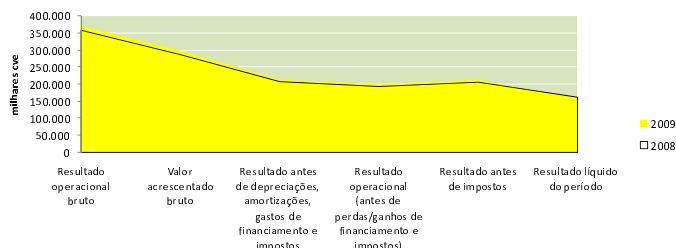
**Resultados**

DESCRIÇÃO	2009	2008
Resultado operacional bruto	370.636	360.049
Valor acrescentado bruto	298.958	288.221
Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos	213.360	208.556
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)	200.348	194.111
Resultado antes de impostos	213.002	206.959
Resultado líquido do período	157.282	162.667

valores em milhares cve

No exercício, com influência, essencialmente, do aumento das vendas e diminuição dos gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas, verificou-se um aumento de 10.588 contos (3%) a nível operacional bruto, o que revela uma ligeira melhoria do desempenho da SCT. Todavia, face ao fim do benefício fiscal por estar cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde, a SCT viu, em grande parte, o seu Resultado Líquido diminuir em 3%.

Abaixo mostra-se a evolução gráfica dos resultados



**Estrutura patrimonial**

Abaixo apontam-se os principais elementos da estrutura patrimonial da SCT a 31 de Dezembro:

DESCRIÇÃO	2009	2008
<b>Activo não corrente</b>		
Outros activos financeiros	107.857	70.000
Activos fixos tangíveis	68.858	75.975
Propriedades de investimento	62.552	62.796
Investimentos em curso	43.771	3.770
<b>Activo corrente</b>		
Caixa e depósitos bancários	254.299	311.188
Inventários	64.793	73.113
Outras contas a receber	26.918	48.655
Estado e outros entes públicos	10.311	10.413
Clientes	6.045	6.671
<b>Capital próprio</b>		
Capital social	240.000	240.000
Outras reservas	103.977	96.110
Reservas legais	24.000	24.000
<b>Passivo não corrente</b>		
	0	0
<b>Passivo corrente</b>		
Estado e outros entes públicos	68.524	65.612
Fornecedores	35.941	52.995
Outras contas a pagar	17.195	21.212
Diferimentos	5.604	4.211

valores em milhares cve

## INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	2009	2008	2007
Rotação de stocks (dias)	76	85	27
Prazo médio de pagamentos (dias)	40	56	18
Prazo médio de recebimentos (dias)	3	4	4
Fundo de maneo (contos)	238.709	295.283	265.297
Liquidez Geral	2,9	3,2	2
Autonomia Financeira	80%	78%	81%
Solvabilidade	411%	363%	437%
Rentabilidade das vendas	23,3%	23,3%	22,3%
Rentabilidade dos capitais próprios	30,1%	31,1%	29,9%
Meios libertos brutos (contos)	226.014	230.986	224.730
Capitalização bolsista a 31 de Dezembro (contos)	465.862	514.367	584.508
Payout ratio	95%	95%	96%
Dividendo por acção (cve)	625	645	604

No que concerne à parte fiscal, a SCT comportou impostos no montante de 262.932 contos (2008: 267.497 contos), dos quais 50% (2008: 56%) referem-se ao agregado do Imposto sobre o Valor Acrescentado – 108.881 contos e Imposto de Consumo Especial – 48.582 contos, o que revela um grande contributo para a economia nacional.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

No decorrer de 2009 foram disponibilizados cerca de 2.900 contos no âmbito da responsabilidade social.

A Sociedade Caboverdiana de Tabacos tem disponibilizado valores consideráveis para satisfazer necessidades humanas básicas em áreas fundamentais como a Saúde e Desporto, não descurando investimentos na cultura e outras actividades sociais.

Assim, ciente do papel que deve ocupar, a SCT tem sido desde sempre uma empresa socialmente comprometida.

## PERSPECTIVAS FUTURAS

A adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio marca uma nova era para o país no contexto do comércio internacional, sendo, doravante, as estratégias de desenvolvimento da Sociedade Caboverdiana de Tabacos influenciadas pelos princípios fundamentais dessa instituição.

Continuar-se-á a dar passos em direcção à diversificação, que já é uma realidade e que permitirá à SCT aumentar a sua rentabilidade e distinguir-se ainda mais como empresa de referência no mercado nacional.

Sublinhe-se neste aspecto a aposta no sector imobiliário, tendo já adquirido posições nas ilhas de Santiago, Sal e S. Antão, para além do património detido em S. Vicente. Com a esperada retoma, estamos convictos de que estes patrimónios nos permitem desenvolver projectos que poderão gerar importante valor acrescentado no futuro.

Apesar da maturidade do mercado do tabaco e alguma prudência, poderão vir a revelar-se necessários avultados investimentos de substituição a nível fabril no curto/médio prazo, devido à idade avançada do parque industrial, mas que, em contrapartida, aumentarão a produtividade e permitirão reduzir os custos de funcionamento

Perspectiva-se um crescimento de 7% em 2010, em função da conjugação de dois importantes factores que são o crescimento do turismo e a diminuição do contrabando, tendo em conta os esforços desenvolvidos e a desenvolver. Tendo sido vendidos na casa do 104 milhões de cigarros em 2009, crê-se ser possível crescer no ano de 2010 até aos 112 milhões, pois o mercado potencial é estimado entre 120 e 130 milhões de cigarros por ano.

Concluindo, prevê-se atingir um volume de negócios na ordem dos 755 mil contos.

## AGRADECIMENTOS

Findo este exercício, congratulamo-nos com os resultados, os quais se devem a todos os que contribuem para o fortalecimento da empresa. Por isso, é-lhes devida a expressão do nosso profundo reconhecimento.

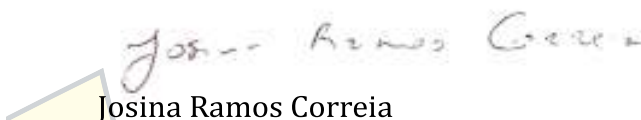
Ao Conselho de Administração é grato reconhecer o contributo:

- Dos nossos clientes e fornecedores;
- De todos os accionistas, pela confiança manifestada;
- Do Fiscal Único, pela proficiente acção desenvolvida no acompanhamento da actividade da instituição;
- Das Alfândegas de Cabo Verde;
- Da Polícia Nacional;
- Da Inspeção Geral das Actividades Económicas;
- Das demais instituições públicas e privadas que se relacionaram com a SCT;
- Dos trabalhadores e demais colaboradores, pelo seu empenho e dedicação.

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Emanuel Setembrino Lima Barros  
(Presidente)



Josina Ramos Correia  
(Vogal)



João Manuel Feijóo Leão  
(Vogal)



Fernando Marques Pereira  
(Vogal)



Euclides Jesus Marques Oliveira  
(Vogal)







**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

DESCRICÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)										Interesses minoritários	Total do capital próprio				
		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Prestações e suplementares de Capital Próprio	Premios de emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados transitados			Resultado líquido do período	Total		
<b>POSICÕES NO INICIO DO PERÍODO 2009</b>	<b>1</b>	240.000.000	0	0	0	24.000.000	103.977.092	0	0	0	0	0	0	0	367.977.092	0	
<b>ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO</b>																	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>11</b>														157.282.187	0	
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															-285.882	0	
Alterações nas políticas contabilísticas e as correcções de erros															0	0	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															0	0	
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															0	0	
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															0	0	
Ajustamentos por impostos diferidos															0	0	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	<b>11</b>														-2.473.099	0	
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>2</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-2.758.981	157.282.187	154.523.206	
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>																	
Realizações de capital															0	0	
Realizações de prémios de emissão															0	0	
Distribuições															0	0	
Entradas para cobertura de perdas															0	0	
Outras operações com detentores de capital	<b>3</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	<b>4</b>																
<b>POSICÕES NO FIM DO PERÍODO</b>	<b>1+2+3+4</b>	240.000.000	0	0	0	24.000.000	103.977.092	0	0	0	0	0	0	0	-2.758.981	157.282.187	522.500.298

valores em cve

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que a 31 de Dezembro de 2009 existiam Reservas Livres no montante de 103.977.092\$00 (cento e três milhões novecentos e setenta e sete mil e noventa e dois escudos) e que os Resultados Líquidos atingiram o montante de 157.282.187\$ (cento e cinquenta e sete milhões duzentos e oitenta e dois mil cento e oitenta e sete escudos), perfazendo um total de 261.259.279\$00 (duzentos e sessenta e um milhões duzentos e cinquenta e nove mil duzentos e setenta e nove escudos) de resultados distribuíveis;

Considerando que em 2008 não se reforçaram as Reservas Legais que deveriam ser no montante de 8.133.350\$ (oito milhões cento e trinta e três mil trezentos e cinquenta escudos);

Considerando que este ano deve-se constituir Reservas Legais no montante de 7.865.000\$00 (sete milhões oitocentos e sessenta e cinco mil escudos);

Considerando a necessidade de uma remuneração adequada dos capitais investidos;

Considerando que se pretende distribuir dividendos no montante de 150.000.000\$00 (cento e cinquenta milhões de escudos);

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação dos resultados líquidos do exercício e dos resultados retidos distribuíveis:

Para Reserva Legal	15.998.350
Para Dividendos	150.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>165.998.350</b>

### PARECER SOBRE A FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE E AUDITORIA DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2009

ARGENTINA LIMA BARROS

Fiscal Único

Tel. 2321419 Fax: 2321418

CP 248 Mindelo, S. VICENTE

### A SCT — SOCIEDADE CABO-VERDIANA DE TABACOS, SA – MENDELO

#### PARECER SOBRE A FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE E AUDITORIA DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2009

#### Introdução

No exercício das minhas funções de Fiscal Único da SOCIEDADE CABO-VERDIANA DE TABACOS SA, inteirei-me da actividade desenvolvida pela sociedade no ano de 2009, verifiquei a regularidade dos seus registos e livros contabilísticos e respectiva documentação, procedi às inspecções que considerei necessárias, verifiquei o cumprimento da lei e dos estatutos, tendo obtido da sua administração todas as informações e esclarecimentos que lhes foram solicitadas.

2. Examinei as Demonstrações Financeiras elaboradas à data de 31/12/09, constituídas pelo Balanço Analítico, Demonstração dos Resultados Líquidos e Anexo ao Balanço, das quais constam os seguintes valores: Activo Líquido: 649.762 contos, Passivo Total: 127.265 contos. Capital Próprio: 522.497 Contos e Resultados Líquidos do Exercício: Lucros de 157.252 contos.

#### Responsabilidade

3. É da responsabilidade da Administração da SCT, a preparação das Demonstrações Financeiras de modo a que apresentem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da sociedade e os resultados obtidos durante o período a que respeitem. A minha responsabilidade, enquanto auditora com funções de Fiscal Único, consiste em emitir uma opinião profissional sobre as mesmas, com base nos testes que efectuei.

#### Âmbito

4. O exame a que procedi foi realizado de acordo com as normas e técnicas de auditoria internacionalmente aceites, nomeadamente as emitidas pelo IFAC – International Federation of Accountants, os quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de se obter um grau de segurança aceitável sobre se as referidas Demonstrações Financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui (i) a verificação, numa base de amostragem,

do suporte dos valores constantes nas Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela gerência, utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras, (ii) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias (iii) e a apreciação de ser ou não adequada a apresentação das Demonstrações Financeiras. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião sobre aquelas Demonstrações Financeiras.

#### Opinião

5. É minha opinião que as Demonstrações Financeiras mencionadas no parágrafo 1, representam de forma verdadeira e apropriada, em todos os seus aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da SCT a 31 de Dezembro de 2009 e foram estabelecidas em conformidade com o normativo nacional SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro.

#### Ênfase

6. Consta das contas de 2009 um crédito sobre a Direcção Geral das Alfândegas no montante de 6.575 contos vencido desde 2002 referente a imposto de consumo pago indevidamente e que devia ter sido reembolsado nesse ano. Apesar de reiteradas insistências da sociedade não foi possível, obter até à data a confirmação de reconhecimento dessa dívida.

São Vicente, aos 11 de Março de 2010. – O Fiscal Único, Argentina Barros.

#### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

(ANEXO AO PARECER)

BALANÇO	31/12/2009	31/12/2008	VAR 09/08	%
<b>ACTIVO LIQUIDO</b>				
Activos Fixos Tangíveis	68.858	75.974	-7.116	-9,4%
Propriedades Investimento	62.552	62.796	-244	-0,4%
Activos Intangíveis	752	1.415	-663	-46,8%
Investimentos em Curso	43.771	3.770	40.001	1061,0%
Investimentos Financeiros	107.857	70.000	37.857	54,1%
Inventários	64.792	73.112	-8.320	-11,4%
Clientes	6.045	6.671	-626	-9,4%
Estado e Entos Públicos	10.311	10.413	-102	-1,0%
Outras Contas a Receber	27.161	48.720	-21.559	-44,3%
Caixa e Depósitos Bancários	254.299	311.188	-56.889	-18,3%
Gastos a Reconhecer	3.364	2.763	601	21,7%
<b>Total Activo Líquido</b>	<b>649.762</b>	<b>666.823</b>	<b>-17.061</b>	<b>-2,6%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
Capital Social	240.000	240.000	0	0,0%
Reservas	127.977	120.110	7.867	6,5%
Resultados Transitados	-2.762	0	-2.762	100,0%
Resultado Líquido Período	157.282	162.666	-5.384	-3,3%
<b>Total Capital Próprio</b>	<b>522.497</b>	<b>522.776</b>	<b>-279</b>	<b>-0,1%</b>
Fornecedores	35.941	52.995	-17.054	-32,2%
Estado e Entos Públicos	68.524	65.611	2.913	4,4%
Outras Contas a Pagar	17.195	21.230	-4.035	-19,0%
Rendimentos a Reconhecer	5.605	4.211	1.394	33,1%
<b>Total Passivo</b>	<b>127.265</b>	<b>144.046</b>	<b>-16.781</b>	<b>-11,7%</b>
<b>TOTAL CAP PRÓPRIO + PASSIVO</b>	<b>649.762</b>	<b>666.823</b>	<b>-17.061</b>	<b>-2,6%</b>
<b>RESULTADOS</b>				
	ANO 2009	ANO 2008	VAR 09/08	%
Rendimentos (excepto financeiros)	682.789	672.905	9.884	1,5%
Gastos Invent. Vend. e Consum. e Var. Produção	-307.732	-309.710	1.978	-0,6%
<b>Margem Bruta Comercial</b>	<b>375.057</b>	<b>363.195</b>	<b>11.862</b>	<b>3,3%</b>
Gastos de Funcionamento	-174.709	-169.085	-5.624	3,3%
Resultados Operacionais	200.348	194.110	6.238	3,2%
Resultados Correntes N/Operacionais	12.654	12.848	-194	0
<b>Resultados Antes dos Impostos</b>	<b>213.002</b>	<b>206.958</b>	<b>6.044</b>	<b>2,9%</b>
Estimativa Impostos a Pagar	-55.720	-44.292	-11.428	0
<b>Resultados Após Impostos</b>	<b>157.282</b>	<b>162.666</b>	<b>-5.384</b>	<b>-3,3%</b>

#### NOTAS ÀS CONTAS

##### ANEXO referente a 2009 período compreendido entre 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009

A Sociedade Caboverdiana de Tabacos é uma Sociedade Anónima, cujo capital social, integralmente subscrito e realizado, está dividido em 240 000 acções, com valor nominal de 1.000 CVE (mil escudos) cada.

Tem o Número de Identificação Fiscal (NIF) 200503308 e está registada na Conservatória dos registos Comercial e Predial de São Vicente sob o nº. 463.





		2009						
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Imobilizado em curso	Total
<b>Propriedade de Investimento</b>								
<b>Activo bruto:</b>								
Saldo inicial	7.342.215	77.359.434	-	-	-	-	-	84.701.649
Adições	2.850.775							2.850.775
Alienações e abates								-
<b>Saldo final</b>	<b>10.192.990</b>	<b>77.359.434</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>87.552.424</b>
<b>Depreciações acumuladas:</b>								
Saldo inicial		21.905.586						21.905.586
Depreciação do exercício (Nota 18)		3.094.377						3.094.377
Alienações e abates								-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>24.999.963</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.999.963</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>10.192.990</b>	<b>52.359.471</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>62.552.461</b>

valores em cve

## NOTA 05 - INVESTIMENTOS EM CURSO

Nesta rubrica de investimentos em curso:

- a) Os investimentos financeiros prendem-se com empréstimos concedidos para aquisição de um terreno em Espargos na ilha do Sal, que será alvo de um projecto conjunto com essas entidades (ver nota 06).
- b) Nos activos fixos tangíveis, a sua variação positiva prende-se com despesas com a montagem de quiosques que, a 31 de Dezembro de 2009, ainda não se encontravam em funcionamento.

## NOTA 06 - OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

O saldo desta rubrica, a 31 de Dezembro de 2009, incluía i) obrigações da Electra (70.000 contos), ii) empréstimos concedidos (25.621 contos) e, iii) obrigações da Tecnical Indústria (12.236 contos).

## NOTA 07 - INVENTÁRIOS

INVENTÁRIOS	2009		
	Custo	Perdas por imparidade (Nota 00)	Líquido
<b>Mercadorias</b>			
Marlboro Red	36.218.948	3.621.895	32.597.053
Marlboro Lights	3.785.076	378.507	3.406.569
	<b>40.004.024</b>	<b>4.000.402</b>	<b>36.003.622</b>
<b>Existências fora da empresa</b>			
Existências em trânsito	-	-	193.456
<b>Total</b>	<b>40.004.024</b>	<b>4.000.402</b>	<b>36.197.078</b>
<b>Produtos acabados e intermédios</b>			
Falcões	170.374	17.037	153.337
Porto Grande	390.801	39.080	351.721
SG Gigante	9.355.196	935.520	8.419.676
<b>Total</b>	<b>9.916.371</b>	<b>991.637</b>	<b>8.924.734</b>
<b>Matérias primas, subsidiárias e de consumo</b>			
Matérias primas	16.415.650	1.641.565	14.774.085
Peças sobresselentes	5.441.429	544.143	4.897.286
<b>Total</b>	<b>21.857.079</b>	<b>2.185.708</b>	<b>19.671.371</b>

valores em cve

## NOTA 08 - CLIENTES

O saldo da rubrica clientes, a 31 de Dezembro, decompunha-se como se mostra abaixo:

Descrição	valor (cve)	
	2009	2008
Sociedade Vasconcelos Lopes	1.300.500	3.114.000
Maria Luisa Sança	1.068.500	0
António D. Almeida Jr & Filhos	985.500	1.035.000
Joao de Deus Oliveira	787.500	0
Outros de pequeno montante	1.902.801	2.522.271
<b>Total</b>	<b>6.044.801</b>	<b>6.671.271</b>

## NOTA 09 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica Outras contas a receber, a 31 de Dezembro, decompunha-se da seguinte forma:

Descrição	valor (cve)	
	2009	2008
Empréstimos ao pessoal	20.063.816,00	30.743.070,00
Philip Morris (a)	2.048.795,00	9.136.250,00
Juros a receber	1.502.228,00	1.645.160,00
Câmara Municipal da Praia (b)	1.050.000,00	1.000.000,00
Outros de pequeno montante	2.253.660,00	6.130.731,00
<b>Total</b>	<b>26.918.499,00</b>	<b>48.655.211,00</b>

- a) inclui valores a serem reembolsados por despesas incorridas pela SCT por conta da Philip Morris West Africa, Sarl;
- b) inclui valores a receber referentes a arrendamento de prédio pela SCT.

## NOTA 10 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica Caixa e Depósitos Bancários, a 31 de Dezembro, decompunha-se da seguinte forma:

Descrição	valor (cve)	
	2009	2008
Depósitos a Prazo	188.772.287	156.344.438
Depósitos à Ordem	65.526.788	154.843.946
Caixa	0	0
<b>Total</b>	<b>254.299.075</b>	<b>311.188.384</b>

A variação em 2009 nos Depósitos à Ordem face ao ano transacto prende-se essencialmente i) com transferência para Depósitos a Prazo e, ii) com o pagamento efectuado por conta da SCT e de parceiros na compra de um terreno em Espargos na ilha do Sal (ver nota 04) em fins do mês de Dezembro.

NOTA 11 - RESULTADOS TRANSITADOS

O saldo da rubrica de Resultados transitados, a 31 de Dezembro de 2009, provém da conjugação dos montantes abaixo discriminados:

Descrição	valor	
	(contos)	
Impostos pagos por conta da Tabaqueira referentes a IUR no exercício de 2007	(4.409)	
Diferença de estimativa de impostos a favor da SCT		1.936
Ajustamentos derivados da aplicação pela primeira vez do SNCRF	(286)	
<b>Total</b>	<b>(2.758)</b>	

NOTA 12 - FORNECEDORES

O saldo da rubrica Fornecedores, a 31 de Dezembro de 2009, era referente, essencialmente, a facturas por pagar à Philip Morris Manufacturing Senegal, SARL (34.039 contos).

NOTA 13 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo da rubrica Outras contas a pagar, a 31 de Dezembro, decompunha-se como se mostra abaixo:

Descrição	valor (cve)	
	2009	2008
Acréscimos por férias, subsídio de férias e encargos	7.314.966	6.570.844
Philip Morris - Royalties	3.123.549	3.805.827
João Marcelino do Rosário (a)	1.633.131	1.943.881
Bolsa de Valores de Cabo Verde	625.947	686.579
Advance	573.804	0
Outros de pequeno montante	3.923.843	8.204.506
<b>Total</b>	<b>17.195.240</b>	<b>21.211.637</b>

Refere-se, essencialmente, a prestação de patrocínio judicial num processo movido contra a SCT, a respeito do imóvel adquirido pela sociedade na zona do Lazareto, em S. Vicente.

NOTA 14 - VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O saldo da rubrica vendas, a 31 de Dezembro, decompunha-se como se mostra abaixo:

Descrição	valor (cve)	
	2009	2008
Marlboro Red	325.048.764	334.304.884
SG Gigante	299.426.015	287.655.686
Marlboro Lights	63.641.770	61.000.904
Porto Grande	11.603.430	8.498.096
Falcões	4.340.000	5.808.000
Imposto Consumo Especial	(28.759.664)	(27.628.491)
<b>Total</b>	<b>675.300.315</b>	<b>669.639.079</b>

NOTA 15 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, a 31 de Dezembro, decompunha-se da seguinte forma:

Descrição	valor (cve)	
	2009	2008
Royalties (a)	22.449.916	21.650.812
Serviços Gerais de Publicidade e Propaganda	9.102.846	10.618.943
Electricidade	4.750.604	3.413.272
Transporte de inventários	4.021.689	5.555.032
Vigilância e segurança	3.699.937	2.497.487
Deslocações e estadas	3.158.972	4.811.899
Honorários	3.088.674	2.670.000
Despesas garantias bancárias	2.329.567	4.934.673
Comunicação	2.179.646	2.145.685
Estudos e pareceres	1.681.059	1.243.372
Materiais de conservação e reparação	1.250.273	2.638.311
Material de escritório	1.227.276	582.440
Combustíveis	1.194.205	976.723
Rendas e alugueres	1.133.379	671.292
Custódia de títulos	1.105.767	1.166.399
Despesas bancárias com pagamentos ao estrangeiro	1.035.205	721.508
Outros de pequeno montante	8.269.726	5.529.972
<b>Total</b>	<b>71.678.741</b>	<b>71.827.820</b>

a) Inclui pagamento de direitos à Philip Morris Products S.A., pelo fabrico de SG Gigante.

NOTA 16 - GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de Gastos com Pessoal, a 31 de Dezembro, decompunha-se da seguinte forma:

Descrição	valor (cve)	
	2009	2008
Ordenados e Salários	31.762.307	29.977.283
Gratificação de Balanço	7.530.612	4.000.000
Encargos sobre remunerações	7.005.950	6.232.804
Refeitório	4.171.698	3.216.757
Remunerações férias	3.500.712	3.073.446
Subsídio de férias	3.500.622	3.110.205
Remunerações Órgãos Sociais	3.465.000	8.658.949
Gratificação de Natal	3.212.924	2.785.647
Outros de pequeno montante	6.585.091	4.229.219
<b>Total</b>	<b>70.734.916</b>	<b>65.284.310</b>

NOTA 17 – OUTROS GASTOS E PERDAS

O saldo da rubrica Outros Gastos e Perdas, a 31 de Dezembro, era constituído, essencialmente, por i) estampilha fiscal dos maços de cigarros (15.350 contos) e, ii) taxas referentes a emolumentos e exclusividade do mercado (1.838 contos).

De referir que no exercício de 2009 o custo unitário de cada estampilha sofreu um aumento de 400%, passando de 1 escudo para 5 escudos.

NOTA 18 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

No exercício em causa a rubrica Imposto sobre o rendimento do período sofreu um acréscimo significativo originado, essencialmente, pelo facto de ter terminado o período de benefício fiscal originado pela presença da SCT na Bolsa de Valores de Cabo Verde, previsto no Decreto-Lei .nº39/V/97 de 17 de Novembro.

NOTA 19 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DE ACRÉSCIMO

Acréscimos de Gastos

tipo de movimento	nº e nome da conta (quadro contas)	valor (cve)	observações
Crédito	2761-Acréscimos por férias e subsídio férias e encargos	7.314.966	
Crédito	26227-Auditoria/Fiscal Único	300.000	
<b>Total dos acréscimos de gastos</b>		<b>7.614.966</b>	

Acréscimos de Rendimentos

tipo de movimento	nº e nome da conta (quadro contas)	valor (cve)	observações
Débito	26211-Juros D/Prazo-CECV	700.590	
Débito	26213-Juros D/Prazo-BIA	234.600	
Débito	26214-Juros D/Prazo-BCN	211.000	
Débito	26212-Juros D/Prazo-BCA	203.934	
Débito	26219-Juros Obrigações Tecnical	152.104	
<b>Total dos acréscimos de rendimentos</b>		<b>1.502.228</b>	

Diferimentos de Gastos

tipo de movimento	nº e nome da conta (quadro contas)	valor (cve)	observações
Débito	28132-Selo s cigarros	2.250.000	Estampilhas de maços de cigarros adquiridas em 2009 para utilizar em 2010
Débito	28130-Directel	944.615	Publicidade nas listas telefónica, fax e email
Débito	28122-Despesas comissão de garantia bancaria (141.845,18Eur)	62.510	Garantia a favor da Philip Morris
Débito	28129-Outros	45.000	Renovação de licença de importação
Débito	28129-Outros	27.608	Renovação da assinatura do Boletim Oficial
Débito	28114-Seguro Edifício, Equipamentos, Activos fixos tangíveis	15.270	
Débito	28122-Despesas comissão de garantia bancaria (608.145,82Eur)	71.488	Garantia a favor da Philip Morris
Débito	28112-Seguros Incendio(Mercadorias,M, Primas,Produtos e Acabados	6.300	
Débito	28129-Outros	4.000	Renovação de Apartado (caixa postal)
Débito	28121-Despesas comissão de garantia bancaria (261.504Eur)	1.381	Garantia a favor da Philip Morris
<b>Total dos Diferimentos de Gastos</b>		<b>3.363.832</b>	

Diferimentos de Rendimentos

tipo de movimento	nº e nome da conta (quadro contas)	valor (cve)	observações
Crédito	28211-Doações de activos fixos tangíveis	5.604.416	Referente a equipamentos cedidos pela Philip Morris (impressoras de etiquetas e quiosques)
<b>Total dos Diferimentos de Rendimentos</b>		<b>5.604.416</b>	

NOTA 20 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS

À data de 31 de Dezembro a SCT não detinha passivos contingentes nem compromissos contratuais não reconhecidos.

NOTA 21 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

À data de 31 de Dezembro não havia divulgações exigidas por diplomas legais a que a SCT estivesse sujeita.

NOTA 22 - OUTRAS INFORMAÇÕES CUJA DIVULGAÇÃO SEJA CONSIDERADA RELEVANTE PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

À data de 31 de Dezembro não existiam outras informações cuja divulgação seja considerada relevante para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

O Conselho de Administração da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, Emanuel Setembrino Lima Barros - Presidente, Josina Ramos Correia, João Manuel Feijóo Leão, Fernando Marques Pereira, Euclides Jesus Marques Oliveira - Vogais.

# FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV



## NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



### BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.  
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09  
Email: incv@gov1.gov.cv  
Site: www.incv.gov.cv

#### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

#### ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série .....	8.386\$00	6.205\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00
III Série .....	4.731\$00	3.154\$00

Para países estrangeiros:

	Ano	Semestre
I Série .....	11.237\$00	8.721\$00
II Série.....	7.913\$00	6.265\$00
III Série .....	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página ..... 15\$00

#### PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página .....	8.386\$00
1/2 Página .....	4.193\$00
1/4 Página .....	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

**PREÇO DESTE NÚMERO — 300\$00**